

EDITORIAL

A presente edição reúne um conjunto de estudos que, sob diferentes perspectivas, abordam majoritariamente os desafios contemporâneos que afetam a Amazônia. Neste número, há também um artigo que se interliga às encruzilhadas amazônicas em torno do conceito de desenvolvimento sustentável. Os grupos caiçaras de Ilhabela também são representados nesta edição, demonstrando a conexão entre os dilemas que afetam territórios tradicionais. Os artigos aqui publicados dialogam com temas centrais do debate científico, das políticas públicas, dos conflitos socioambientais, das mudanças climáticas, do desenvolvimento regional, da governança territorial, da segurança alimentar e da economia dos recursos naturais. Ao apresentar abordagens interdisciplinares e metodologias diversas, os artigos desta edição contribuem para ampliar a compreensão das dinâmicas sociais, econômicas, ambientais e institucionais que moldam a realidade amazônica, reafirmando a importância da produção científica comprometida com a análise crítica dos processos de transformação que afetam a região. Essa é a marca dos Novos Cadernos do NAEA desde a sua criação.

No artigo **“Entre visibilidade e silenciamento: relações de poder nos discursos midiáticos sobre garimpo e saúde do povo Kayapó”**, de Nádile Juliane Costa de Castro, Dayanne de Nazaré dos Santos, Janis Rodrigues de Sousa Way Way e Fernanda Teixeira Paes, as autoras analisam como os discursos presentes nas mídias digitais e em plataformas de busca estruturam narrativas sobre o garimpo ilegal e seus impactos na saúde do povo Kayapó. A partir da perspectiva foucaultiana da análise do discurso, o estudo examina conteúdos noticiosos e tendências de busca para compreender como se configuram relações de poder na produção de visibilidade e silenciamento dessas questões. Os resultados indicam que os regimes de verdade presentes nas mídias tendem a privilegiar vozes especializadas e abordagens sensacionalistas, enquanto os saberes tradicionais e as dimensões estruturais do acesso à saúde indígena permanecem amplamente invisibilizados, evidenciando uma hierarquia discursiva na representação dos impactos do garimpo nos territórios indígenas.

O artigo **“Quando o mar sobe e a terra some: Terrenos de Marinha e territórios tradicionais em tempos de mudança climática”**, de **Fernanda Folster de Paula**, discute os desafios impostos pelas mudanças climáticas às formas de reconhecimento jurídico dos territórios tradicionais. Tomando como referência o caso das comunidades caiçaras da Baía de Castelhanos, em Ilhabela (SP), a autora analisa criticamente a categoria jurídica dos Terrenos de Marinha, definida a partir da Linha de Preamar Média de 1831. Com base na Teoria do Ator-Rede e em uma abordagem de pesquisa-ação participativa, o estudo demonstra que esse instrumento legal pode simultaneamente reconhecer e limitar os territórios tradicionalmente ocupados. Em um contexto de elevação do nível do mar e transformações ambientais aceleradas, a pesquisa evidencia que limites territoriais rígidos tornam-se cada vez mais inadequados para lidar com a complexidade socioambiental desses territórios.

Em **“A ruína da Reserva Extrativista Rio Jaci-Paraná (RO): reflexões a partir da perspectiva dos Sistemas Socioecológicos Complexos (SES)”**, **Ronie Peterson Silvestre**, **Dirceu Basso** e **Alessandra Matte** analisam o processo de invasão e degradação da Reserva Extrativista Rio Jaci-Paraná, em Rondônia. A partir da abordagem dos Sistemas Socioecológicos Complexos, inspirada nas contribuições de Elinor Ostrom, os autores realizam uma análise bibliográfica e documental para compreender os fatores que contribuíram para o colapso socioambiental de parte significativa da unidade de conservação. O estudo evidencia o avanço da atividade agropecuária, as fragilidades institucionais na governança territorial e os conflitos fundiários que ameaçam a permanência das comunidades tradicionais. Os autores alertam que o caso da Resex Rio Jaci-Paraná representa um importante sinal de alerta para outras reservas extrativistas da região.

O artigo **“Dinâmicas Socioeconômicas na FLONA Tapajós: Desafios e Oportunidades”**, de **Martha Cecilia Vergel Verjel** e **Thiago Almeida Vieira**, examina as condições socioeconômicas das comunidades que vivem na Floresta Nacional do Tapajós. Por meio de uma abordagem qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas, observação direta e revisão documental, o estudo analisa as principais atividades produtivas desenvolvidas pelas populações locais e os desafios enfrentados no cotidiano dessas comunidades. Os resultados evidenciam problemas relacionados à infraestrutura, à comercialização da produção e à ausência de marcos regulatórios adaptados às realidades locais. Os autores destacam

a necessidade de fortalecer modelos de gestão participativa que integrem desenvolvimento local, inclusão social e conservação ambiental.

Em **“Capital humano e crescimento econômico na Amazônia Legal brasileira”**, José João Alencar e Jandir Ferrera de Lima investigam a influência do capital humano na concentração do crescimento econômico nas Regiões Geográficas Intermediárias da Amazônia Legal entre os anos de 2011 e 2021. Utilizando metodologia de dados em painel aplicada a 32 regiões, o estudo demonstra que investimentos em capital humano exercem impacto significativo sobre o crescimento econômico regional. Os resultados indicam que um aumento de 1% no investimento em capital humano pode gerar crescimento econômico de até 6,72%, evidenciando a importância de políticas públicas voltadas à educação, qualificação profissional e desenvolvimento social como motores do desenvolvimento regional.

O artigo **“Segurança Alimentar e Proteção Biocultural: A Experiência do Programa de Aquisição de Alimentos na Terra Indígena Sororó”**, de Alexssandra Muniz Mardegan, Mirtes Emília Almeida Manaças, Caroline Lima dos Anjos, Ana Carolina Muniz Mardegan e Antonio dos Santos Motta, analisa a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Terra Indígena Sororó, localizada no sudeste do Pará. Com base em uma abordagem interdisciplinar que combina análise documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas, o estudo demonstra que a integração do programa às práticas agrícolas tradicionais fortaleceu a soberania alimentar das comunidades, promoveu inclusão socioeconômica e contribuiu para a valorização de saberes ancestrais. O trabalho também destaca o potencial da cadeia produtiva do cacau como estratégia de desenvolvimento sustentável e proteção da sociobiodiversidade.

No artigo **“Caracterização da produção agropecuária na mesorregião Nordeste Paraense”**, Alan Tiago Correa, Thales Maximiliano Ravena Cañete, Danilo Araújo Fernandes e Marinalva Cardoso Maciel analisam as características da produção agropecuária na região, com ênfase na participação da agricultura familiar. Utilizando dados do Censo Agropecuário de 2017 e uma abordagem descritiva, os autores demonstram que a agricultura familiar desempenha papel central no abastecimento alimentar regional, especialmente na produção de mandioca, feijão, arroz e hortaliças. Além disso, culturas como açaí e pimenta-do-reino contribuem para a geração de renda e inserção em mercados mais amplos. O estudo reforça a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar, para a

economia local e para a preservação de sistemas produtivos adaptados às condições amazônicas.

O artigo **“O cenário do licenciamento ambiental de empreendimentos aquícolas no estado do Pará no período pré-pandêmico”**, de Lorene Camilly Cunha de Souza, Rodolpho Zahluth Bastos, Marcelo Augusto Moreno da Silva Alves, Maria de Lourdes Souza Santos e Mauricio Willians de Lima, examina o processo de licenciamento ambiental da aquicultura no estado do Pará com base em dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. A pesquisa identifica tendências na emissão de licenças ambientais ao longo de cinco anos e aponta os principais desafios enfrentados pelo setor, entre eles a burocracia administrativa, a escassez de profissionais especializados e a limitada integração institucional entre os órgãos responsáveis. O estudo propõe medidas voltadas à simplificação dos procedimentos e ao fortalecimento das capacidades técnicas para viabilizar o crescimento sustentável da atividade aquícola.

Em **“O consenso das commodities e o discurso da sustentabilidade da mineração no Amapá, Norte da Amazônia brasileira”**, Marco Antonio Chagas e Edna Maria Castro analisam criticamente o discurso do desenvolvimento sustentável associado à mineração na Amazônia. A partir de uma reconstrução histórica de mais de cinco décadas de atividade mineral no estado do Amapá, os autores demonstram que, apesar da difusão do discurso da sustentabilidade, persistem impactos ambientais e conflitos territoriais significativos. O estudo argumenta que o estado tem se alinhado ao chamado “consenso das commodities”, no qual a mineração é legitimada sobretudo pela promessa de geração de empregos e receitas públicas, mesmo diante de seus custos socioambientais.

Por fim, o artigo **“A integração entre Defesa Nacional e Segurança Pública no enfrentamento ao crime organizado nos conflitos socioambientais na Amazônia Legal”**, de Jorge Fabricio dos Santos, Carlos Stilianidi Garcia, Durbens Martins Nascimento, Wando Dias Miranda e Roberto Magno Reis Netto, analisa os desafios institucionais relacionados ao enfrentamento das organizações criminosas que atuam em atividades ilegais na Amazônia. A partir de análise bibliográfica e documental, o estudo examina a articulação entre os sistemas de Defesa Nacional e Segurança Pública no combate a crimes transnacionais e à degradação ambiental. Os resultados indicam a necessidade de maior integração estratégica, planejamento conjunto e coordenação operacional entre os órgãos estatais,

destacando que a atuação colaborativa dessas instituições pode contribuir não apenas para a redução dos conflitos socioambientais, mas também para o fortalecimento do desenvolvimento social em regiões historicamente marcadas por vulnerabilidades.

Reunidos, os artigos desta edição descrevem as lutas e dilemas contemporâneos da Amazônia contemporânea que afetam a vida e ponderam a efetividade dos processos de desenvolvimento, conservação e governança territorial na região. Ao apresentar diferentes campos do conhecimento e perspectivas analíticas, os artigos contribuem para a análise crítica dos processos imputados aos territórios tradicionais e assim tem a capacidade de auxiliar a formulação de políticas públicas que respeitem as demais realidades socio ambientais que não se enquadram na dinâmica do mercado.

Nirvia Ravena
Editora da Revista